

“A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré)configurado”

Iris Susana Pires Pereira

Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho
iris@iec.uminho.pt

Com este texto pretendo:

1. caracterizar a referência anafórica discursiva como um processo de acesso a representações mentais, em que as capacidades memorial e atencional intervêm activamente;
2. descrever o processo de configuração linguística do grau de acessibilidade das representações mentais;
3. caracterizar os marcadores anafóricos como formas cujo significado está implicado no processo anafórico;
4. caracterizar a função discursiva desempenhada pelas formas anafóricas.

O desenvolvimento de cada um destes aspectos será ilustrado com exemplos de pronomes pessoais e de pronomes e expressões nominais demonstrativas em português europeu.

0. Introdução

Os trabalhos que têm sido publicados no âmbito da investigação em anáfora discursiva distinguem-se entre aproximações levadas a cabo sob uma perspectiva estritamente linguística e aproximações levadas a cabo sob uma perspectiva cognitivamente motivada (Branco, 2000). Este texto sistematiza os aspectos mais relevantes e recorrentemente assumidos na caracterização da referência anafórica discursiva enquanto processo cognitivo.

1. Premissas subjacentes a teorias de base cognitiva

1.1. O modelo mental do discurso e o acesso às entidades mentais

No enquadramento teórico cognitivo, o nível central da análise do funcionamento da anáfora discursiva é a representação discursiva localizada na mente dos interlocutores, mais precisamente, o modelo mental ou modelo discursivo que resulta da produção e da

interpretação oral ou escrita de um discursivo (Lyons, 1977; Webber, 1983; Sidner, 1983; Ariel, 1990; Sanford & Garrod, 1990; Maes, 1996; Cornish, 1999).

O modelo mental ou modelo discursivo é constituído (i) pelas representações das entidades que vão sendo evocadas ao longo do discurso, a que chamarei “entidades mentais”, que são representativas dos referentes a que o falante se refere, e (ii) pelas propriedades que lhes são atribuídas e pelas relações que são estabelecidas entre essas entidades mentais.

No curso de um discurso, um locutor acede repetidas vezes às entidades mentais já presentes no modelo discursivo e esse acesso faz-se através das expressões referenciais anafóricas: pronomes pessoais nulos ou realizados, demonstrativos, expressões nominais introduzidas pelo artigo definido e nomes próprios.

Neste contexto, pode pois definir-se anáfora discursiva como *um procedimento de acesso a uma representação mental que faz parte (ou que é inferível) de uma representação discursiva*.

1.2. A configuração do modelo mental do discurso

O modelo mental de um discurso mantém-se na memória a curto prazo dos interlocutores. Assume-se hoje em dia que a memória a curto prazo impõe restrições de estruturação e de funcionamento ao modelo mental por ser uma capacidade limitada. Por essa razão, assume-se, no quadro teórico cognitivo, que as entidades discursivas presentes nesse modelo são necessariamente distribuídas por posições de maior ou menor centralidade ou acessibilidade (Sanford & Garrod, 1990, 1994; Cornish, 1999).

A determinação do grau de centralidade ou acessibilidade das representações mentais tem recebido tratamentos não coincidentes no enquadramento teórico cognitivo. Algumas teorias cognitivas, que seguirei neste texto, descrevem a centralidade ou acessibilidade de uma entidade mental como função da distribuição do foco de atenção discursiva¹. Estas teorias assumem que, num discurso, determinadas entidades recebem mais atenção que outras e que, no modelo mental, a entidade mental que recebe maior atenção é a mais central ou acessível. Essa posição desta entidade é designada de *foco de atenção discursiva*² (cf. Sidner, 1983; Grosz & Sidner, 1986, cit. em Grosz *et al.*, 1995; Maes, 1996; Cornish, 1999).

2. Processos linguísticos de focalização das entidades mentais

¹ Para um modelo alternativo, ver Ariel (1990).

² “Foco de atenção discursiva não deve confundir-se com “foco informacional”. Como referido no texto, “foco de atenção discursiva” corresponde à noção de “tópico informacional”.

As teorias que têm procurado descrever o processo de configuração do foco de atenção discursiva mostram que os factores determinantes desse foco atencional são de índole linguística diversa. Neste contexto, parecem-me particularmente interessantes a teoria de *Centering*, descrita em Grosz *et al.* (1995) e Grosz & Sidner (1998), e a teoria das relações de coerência, desenvolvida por Kehler (2002). Estas teorias descrevem a configuração do foco de atenção discursiva a um nível discursivo local.

Centering pode ser vista como uma teoria de como os interlocutores de um discurso coordenam a sua atenção sobre as entidades mentais evocadas (Brennan, 1998). Neste quadro teórico, o estabelecimento do foco de atenção de um segmento discursivo resulta dos mecanismos de *information packaging*. Dito de outro modo, de acordo com esta teoria a forma sintáctica como uma informação é comunicada determina o grau de focalização discursiva das entidades representadas no modelo mental: as entidades mentais são organizadas numa hierarquia de centralidade ou acessibilidade em função de factores linguísticos como função sintáctica, ordem de enunciação e função informacional³. A entidade mental que ocupa a posição mais alta na hierarquia das entidades evocadas numa sequência discursiva – o tópico, muito frequentemente o sujeito tópico - é, por omissão, projectada como centro de atenção preferido (Cp) no momento da enunciação seguinte, i.e., é a que adquire a maior acessibilidade na representação discursiva para o enunciado imediato.

O tipo de sequência discursiva previsto por este mecanismo, o mais fácil de processar e, por isso, o mais coerente é aquele em que o centro de atenção principal do enunciado seguinte, sobre o qual esse enunciado trata (Cb), é igual à entidade discursiva projectada como centro preferido (Cp anterior). Veja-se o exemplo (1):

(1) O tenista russo_i (Cp) iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro*_i (Cb= Cp) jogou com o participante inglês_j sob um calor abrasador.

Por sua vez, Kehler (2002) atribui o estabelecimento do foco de atenção discursiva à actuação de restrições próprias ao estabelecimento de relações de coerência entre enunciados. Identifica três tipos centrais de relações de coerência – de semelhança, de causa-efeito e de ocasião-, e propõe que cada tipo de relação envolve mecanismos inferenciais independentes que determinam, em cada caso, um determinado centro de atenção.

³ Assim, as construções passivas, clivadas, de topicalização etc. têm consequências para a elaboração do modelo mental do receptor, ao colocarem uma determinada entidade numa posição mais saliente que outras na estrutura informacional.

a) Relações de semelhança

Os processos de inferência que subjazem ao estabelecimento da relação de semelhança, que se pode traduzir (entre outras) numa relação de paralelismo, identificam conjuntos de entidades e de relações paralelas como argumentos para a relação de coerência e identificam depois pontos de semelhança entre cada conjunto. Segundo Kehler, quando a identificação de uma dessas entidades depende do acesso anafórico à entidade discursiva paralela, o mecanismo de coerência está já focalizado no elemento com o qual tenta provar a semelhança, o que torna este elemento na única entidade acessível no modelo discursivo nesse momento. Como é evidente nos exemplos (2) e (3), esse foco de atenção pode ser o sujeito ou o objecto. O estabelecimento da co-referência entre esses elementos maximiza essa semelhança (Kehler, 2002: 157-159):

(2) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j; e *pro*_i pediu um CD ao americano⁴.

(3) O tenista russo_i venceu o inglês_j; e o espanhol derrotou-o_j de forma clara⁵.

b) Relações de causa-efeito

Kehler defende que os processos inferenciais envolvidos no estabelecimento deste tipo de relação de coerência são diferentes dos envolvidos na relação de Semelhança. Neste tipo de relação, o receptor relaciona proposições identificadas na primeira e segunda frases através de uma implicação (que Kehler entende como “pode plausivelmente derivar de”). Uma das relações de causa-efeito é a de explicação, ilustrada no exemplo (4):

(4) O tenista russo_i venceu o participante inglês_j porque *pro*_i jogou muito bem.

Kehler propõe que, durante o processo de estabelecimento da interpretação de explicação, a representação da primeira frase instancia pelo menos um axioma consequente relevante para o estabelecimento da relação de explicação. Ao fazer corresponder o axioma consequente com a representação da primeira frase, as variáveis são ligadas e é possível interpretar a frase. Quando se desenrola esse processo, a posição dos argumentos tem de ser fundida, o que, para Kehler, coloca essas posições em foco:

⁴ Neste caso, a entidade mental *o tenista americano* é identificada como entidade paralela ao *tenista francês* e o sujeito nulo é identificado como entidade paralela ao *tenista inglês*. Também se infere que estes pares são paralelos quanto a uma propriedade (‘trocar objectos pessoais’).

⁵ Neste caso, a entidade mental *o tenista espanhol* é identificado como entidade paralela ao *tenista russo* e o objecto nulo é identificado como entidade paralela ao *tenista inglês*. Também se infere que estes pares são paralelos quanto a uma propriedade (‘vencer um adversário’).

(4') O tenista russo_i venceu o participante inglês_j porque *pro*_i jogou muito bem.

(Axioma: se jogar bem permite vencer e se x jogou bem e então isso pode ter causado que x tenha vencido y)

Assim, no caso de um dos argumentos envolver o acesso anafórico, o ocupante da posição argumental correspondente está em foco, dando-se a correferenciação necessária (Kehler, 2002: 163).

c) Relações de ocasião

A relação de Ocasião, a única que Kehler considera na relação de Contiguidade, permite exprimir uma sequência coerente de eventos centrada num sistema comum de entidades. Neste caso, a coerência resulta da aplicação de inferências exigidas para interpretar o estado inicial de cada evento como o estado final do evento precedente. Kehler considera, no entanto, que estes processos inferenciais são mais obscuros que os envolvidos nas outras relações (estas de natureza claramente lógico-semântica) porque se baseiam essencialmente nos conhecimentos do mundo, o que dificulta a sua formalização e a previsão do resultado da sua aplicação (Kehler, 2002:166).

Dadas estas limitações, o autor propõe que, quando no contexto de uma relação de ocasião se tem de aceder a uma entidade mental para processar uma forma anafórica, o grau de focalização dessa entidade no modelo discursivo obtém-se tal como descrito pela teoria de *Centering*. No entanto, considera as aporções desta teoria apenas descritivamente adequadas, dependentes do desenvolvimento de teorias que possam vir a explicar o funcionamento das inferências que lhe subjazem (*idem*: 167) (cf. 1):

(5) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas, *pro*_i jogou com o participante inglês_j sob um calor abrasador. *pro*_i Ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.

3. A identificação das entidades mentais pretendidas: a semântica procedimental das expressões anafóricas ou a pré-configuração do processo de anáfora discursiva

Nesta secção, procuro mostrar que nenhuma explicação para o processo anafórico discursivo é capaz de dar conta do seu funcionamento se não considerar as propriedades linguísticas das formas anafóricas. Os pares de exemplos (6) *vs* (7) e (8) *vs* (9) pretendem precisamente chamar a atenção para o papel activo que as expressões anafóricas desempenham na escolha da entidade mental a que querem aceder:

(6) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas pro_i jogou com o participante inglês $_j$ sob um calor abrasador. pro_i ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.

vs

(7) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas pro_i jogou com o participante inglês $_j$ sob um calor abrasador. Este $_j$ ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.

(8) O tenista inglês $_i$ emprestou um livro ao francês $_j$ e pro_i pediu um CD ao americano.

vs

(9) O tenista inglês $_i$ emprestou um livro ao francês $_j$ e ele $_j$ pediu um CD ao americano.

Estes pares de exemplos envolvem exactamente o mesmo contexto com a excepção da forma anafórica, e a variação dessa forma anafórica tem consequências ao nível da interpretação. Por isso creio que a explicação para o processo anafórico passa obrigatoriamente pela consideração dos próprios marcadores anafóricos usados (Kleiber, 1990, 1994; Cornish, 1999; Kehler, 2002).

3.1. Caracterização semântica das formas anafóricas

Assume-se hoje em dia que o conteúdo semântico das formas anafóricas inclui informação de natureza procedimental, i.e., a indicação/ a instrução de como aceder às representações mentais pressupostas no modelo mental. A assunção de fundo é a de que cada forma anafórica codifica um princípio de cálculo diferente para aceder às representações mentais.

3.1.1 Sobre a semântica procedimental dos pronomes pessoais

No quadro teórico cognitivo que estuda a anáfora discursiva, assume-se hoje em dia que os pronomes pessoais codificam sinais que indicam ao interlocutor que a representação mental pretendida está em foco no modelo mental do discurso e que, portanto, o acesso pode ser imediato na sua memória (Sidner, 1983; Garrod & Sanford, 1990, 1994; Garrod *et al.*, 1995; Kleiber, 1994; Grosz *et al.*, 1995; Leonetti, 1996, 1999, 2001; Cornish, 1999; Kehler, 2002).

Vários trabalhos experimentais têm efectivamente demonstrado que o pronome pessoal determina o acesso a uma entidade mental em foco e que a escolha de outra forma tem impacto na compreensão discursiva. Esses trabalhos confirmam que o acesso anafórico é, tal como previsto por *Centering*, natural, imediata e provisoriamente conduzido pelo centro de atenção discursivo esperado (Cp). Mostram que, num discurso, uma interpretação imediata e provisória é feita com base nesse foco de atenção esperado (Gordon, Grosz & Gilliom,

1993, cit. em Hudson-d’Zmura & Tanenhaus, 1998); mostram os pronomes pessoais são mais rapidamente processados que grupos nominais quando acedem ao foco de atenção; mostram ainda que frases com pronomes que não acedem ao foco de atenção levam mais tempo a processar, e que esses pronomes são *frequentemente* interpretados como se de facto acedessem a esse centro de atenção, mesmo em casos em que esta especificação é semanticamente pouco plausível (Brennan, 1998; Hudson-d’Zmura & Tanenhaus, 1998).

Em línguas *pro-drop*, como o português, esta afirmação tem de ser qualificada para distinguir entre dois marcadores anafóricos não coincidentes: a *forma nula do pronome (pro)* que, de facto, indica sempre o acesso à entidade em foco na representação mental (cf. 1, 2, 4 e 5), normalmente o sujeito tópico, e a forma realizada do pronome pessoal.

Em certos contextos, relacionados com determinadas restrições sintáticas e semânticas (cf. 10), a forma realizada do pronome pessoal pode também indicar o acesso a essa mesma entidade:

(10) O tenista inglês_i acha que *pro*_i /ele_i vai ganhar o torneio.

No entanto, em português e em certos contextos, o pronome pessoal também é usado no acesso a uma entidade mental com um grau inferior de focalização no modelo discursivo, i.e., uma entidade que não é o tópico. Veja-se (9), aqui repetido como (11):

(11) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j e ele_j pediu um CD ao americano.

Estas constatações permitem equacionar a hipótese de que, em línguas *pro-drop*, a forma nula e a *forma plena do pronome pessoal codificam diferentes instruções de acesso anafórico, embora o funcionamento da forma plena do pronome pessoal esteja condicionado por restrições sintático-semânticas*. A análise “cognitiva” do funcionamento de *pro* e da forma plena do pronome pessoal em português que aqui é sugerida aproxima-se consideravelmente das análises sintáticas de Barbosa (1995) e de Barbosa et al. (2001) (veja-se também Brito, 1991).

3.1.2. Sobre a semântica procedimental dos demonstrativos

O procedimento de identificação da entidade mental é diferente e muito mais complexo no caso dos demonstrativos (Kleiber, 1984, 1994; Oliveira, 1988; Apothéloz, 1995; Leonetti, 1996, 1999, 2001; Cornish, 1999). Segundo Kleiber (1984; 1994), esse procedimento de identificação, designado de *token reflexivity*, consiste numa instrução para que a representação mental pretendida seja identificada com base no próprio contexto de enunciação desta forma anafórica. Por outras palavras, a instrução dada por um demonstrativo é a de que (*token reflexivity*):

(i) o interlocutor deve aceder à entidade mental por uma relação de contiguidade espaço-temporal com o demonstrativo no contexto de enunciação;

(ii) a entidade acedida é apreendida por si só, independentemente do contexto predicativo em que está envolvida, pelo que pode ou não ser a entidade em foco discursivo (cf. 6);

A consideração dos seguintes factos empíricos torna a restrição de *token reflexivity* em muito mais que simplesmente plausível:

- o demonstrativo “não se liga” nem a categorias vazias nem a pronomes, i.e., o acesso através de demonstrativos deve ser feito via expressões com conteúdo lexical (cf Eguren, 1999):

*(12) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas, pro_i jogou com o participante inglês $_j$ sob um calor abrasador. pro_i Derrotou-o $_j$ apesar de estar lesionado no braço esquerdo. Este $_j$ joga hoje com o tenista polaco.

*(13) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado no braço esquerdo, pro_i derrotou o tenista inglês $_j$. Este $_i$ joga hoje com o tenista polaco.

- o uso discursivo dos demonstrativos é estritamente local, não se repetindo em cadeias anafóricas (Corblin, 1995):

*(14) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas pro_i jogou com o participante inglês $_j$ sob um calor abrasador. Este $_j$ derrotou-o $_i$ apesar de estar lesionado no braço esquerdo. Este $_j$ é agora o último da classificação.

A meu ver, estes factos só se explicam se efectivamente se postular aquela restrição procedimental, que impõe aos demonstrativos a passagem obrigatória pela enunciação para o acesso à entidade mental pretendida. Esta semântica procedimental traduz-se numa exigência muito diferente da colocada pela forma nula dos pronomes pessoais, que identifica a entidade pretendida de uma forma directa e imediata na representação mental, mesmo através de cadeias anafóricas. No entanto, e em certa medida, essa semântica procedimental aproxima o funcionamento das formas demonstrativas do funcionamento, em certos contextos, da forma realizada dos pronomes pessoais.

3.2. Efeitos discursivos da utilização das diferentes expressões anafóricas

O diferente acesso à representação mental desencadeado pelas diferentes formas anafóricas está associado a diferentes efeitos representacionais no modelo mental do discurso que está em construção. Por outras palavras, ao acederem “a tal ou tal entidade mental de tal ou tal maneira”, *as formas anafóricas desempenham funções específicas na*

configuração do modelo discursivo (Kleiber, 1994; Corblin, 1995; Apothéloz, 1995; Cornish, 1999; Kehler, 2002).

3.2.1. Efeitos de continuidade do foco de atenção na representação discursiva

Dado que a forma nula do pronome pessoal é usada para indicar o acesso à entidade que já é previamente foco de atenção discursiva, o seu uso traduz-se na continuidade desse foco de atenção para sobre ele predicar informação - relações com outras entidades ou propriedades novas (Sidner, 1983; Kleiber, 1994; Grosz *et al.*, 1995; Cornish, 1999; Kehler, 2002). O mesmo acontece quando, em dadas circunstâncias sintático-semânticas, a forma pronominal realizada (mas não acentuada) é usada com essa mesma função:

(15) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro_i*, jogou com o participante inglês_j; sob um calor abrasador. *pro_i*; Ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.

3.2.2. Efeitos de ruptura na representação discursiva face ao foco do discurso estabelecido

O uso das formas demonstrativas e, em muitos casos, o uso da forma realizada do pronome pessoal está, por outro lado, claramente associado a efeitos discursivos diferentes. Ao não estar condicionado pelo acesso à representação em foco (cf. noção de *token reflexivité*), assinala com frequência a introdução de uma descontinuidade ou ruptura face ao foco do discurso previamente estabelecido (Kleiber, 1984, 1994; Corblin, 1983, 1995; Apothéloz, 1995; Maes, 1996; Cornish, 1999). Pelo menos, três situações são possíveis:

(i) o estabelecimento de um novo foco de atenção para os enunciados seguintes, caso em que a ruptura na estrutura do modelo mental do discurso é grande:

(16) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado no braço esquerdo, *pro_i* derrotou o tenista inglês_j. Este_j joga hoje com o tenista polaco.

(17) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j; e ele_j pediu um CD ao americano.

(ii) o estabelecimento de um novo foco de atenção + qualificação ou modificação semântica do conteúdo da representação mental acedida, caso em que a ruptura na estrutura do modelo mental do discurso é ainda maior (Maes, 1996):

(18) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j; e este jovem de origem camaronesa_j pediu um CD ao americano.

Neste exemplo, o conteúdo descritivo que acompanha o determinante demonstrativo não está ao serviço da identificação do referente, que é função exclusiva do marcador demonstrativo e do contexto de focalização. No caso das expressões nominais

demonstrativas, o conteúdo descritivo é predicativo da representação a que o demonstrativo acede (Kleiber, 1984; Corblin, 1995; e, especialmente, Maes, 1996).

(iii) a introdução de uma nova entidade mental no discurso, caso em que a ruptura na estrutura do modelo mental do discurso é, provavelmente, a mais acentuada (Apothéloz, 1995):

(19) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado no braço esquerdo, *pro*_i derrotou o forte participante inglês. Este facto_k surpreendeu toda a assistência.

A diferente semântica procedimental de cada forma anafórica traduz-se, portanto, em diferentes procedimentos de gestão do modelo discursivo (Cornish, 1999). A integração de informação no modelo mental levada a cabo por cada forma anafórica tem efeitos precisos na configuração mental previamente existente, e o modelo discursivo avança segundo as instruções dadas em cada caso.

Esta é, a meu ver, a característica que verdadeiramente distingue todas as formas anafóricas entre si, e que conduz um interlocutor à escolha de uma delas e o interlocutor à reconstrução, na sua mente, do modelo discursivo correspondente, fácil e eficazmente

4. Conclusão

Do ponto de vista cognitivo, a anáfora discursiva é um processo de acesso a representações mentais de entidades evocadas num discurso. Essas representações são parte integrante de um modelo discursivo localizado na memória dos interlocutores.

A natureza do acesso anafórico é dinâmica, porque este processo é simultaneamente condicionado por dois grandes tipos de factores. Por um lado, o grau de foco de atenção ou acessibilidade/saliência que as representações mentais acedidas ocupam nesse modelo; por outro, a semântica procedimental inerente às formas anafóricas, que, em grande medida, pré-configura o funcionamento de todo o processo anafórico. A interação destes factores traduz-se no desempenho de funções discursivas específicas em cada caso de acesso anafórico.

Para terminar, gostaria de chamar a atenção para o facto de que o quadro explicativo aqui sistematizado é, no entanto, muito simplificado. Na realidade, o funcionamento dos processos de anáfora discursiva é bem mais complexo, sobretudo o dos demonstrativos anafóricos. O exemplo (20) mostra como o demonstrativo anafórico, sem deixar de predicar alguma informação nova sobre a entidade a que acede, também se usa para aceder a

entidades em foco no discurso, dando continuidade a esse centro de atenção. No entanto, a exploração mais exaustiva deste fenómeno não caberia num texto desta natureza⁶:

(20) O tenista russo continua a brilhar na edição deste ano do torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado, *pro_i* derrotou hoje de manhã o participante espanhol. Este tenista é o líder incontestado da classificação.

Nota final

Não é demais sublinhar que o funcionamento da anáfora discursiva não é de natureza exclusivamente cognitiva, já que depende dos factores linguísticos que configuram o modelo mental, das propriedades linguísticas das formas anafóricas que, como vimos, pré-configuram o funcionamento anafórico discursivo e do próprio contexto de enunciação.

Por tudo o referido a propósito da caracterização do funcionamento desse processo, creio que ‘o processo da anáfora discursiva’ desenha um “espaço investigativo” exemplar em linguística, na medida em que evidencia de uma forma muito clara como o âmbito gramatical e o âmbito cognitivo mantêm interacções incontornáveis no funcionamento da linguagem natural.

Referências

- Apothéloz, D. (1995) *Rôle et Fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genève: Droz.
- Ariel, M. (1990) *Accessing Noun Phrase Antecedents*. London, NY: Routledge.
- Barbosa, P. (1995) *Null Subjects*. PhD. Dissertation. MIT, Cambridge, Mass.
- Barbosa, P., M. Kato & M. E. Duarte (2001) A Distribuição do Sujeito Nulo no Português Europeu e no Português do Brasil. In *Actas do XXIV Encontro Nacional da APL*, Coimbra.
- Branco, A. H. (2000). *Reference Processing and its Universal Constraints*. Lisboa: Edições Colibri.
- Brito, A. M. (1991) Ligaçã, co-referência e o princípio evitar o pronome. In *Encontro de homenagem a Óscar Lopes*. Lisboa: APL, pp. 101-121.
- Corblin, F. (1983). Défini et démonstratif dans la reprise immédiate. In *Le Français Moderne*, nº 2, 118-133.
- (1995). *Les Formes de Reprise dans le Discours. Anaphores et Chaînes de Référence*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

⁶ Para uma exposição mais detalhada, veja-se Pereira (em preparação).

- Cornish, F. (1999) *Anaphora, Discourse and Understanding. Evidence from English and French*. Oxford: Oxford University Press.
- Eguren, L. (1998) Pronombres y adverbios demostrativos. Las relaciones deícticas. In I. Bosque & V. Demonte (orgs.) *Nueva Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Garrod, S. C. & A. J. Sanford (1990) Referential processing in reading: Focusing on roles and individuals. In Balota, D., G. Flores d'Arcais & K. Rayner (orgs.) *Comprehension Processes in Reading*. Lawrence Erlbaum Associates: New Jersey, pp. 465-486.
- Garrod, S. C. & A. J. Sanford (1994) Resolving Sentences in a Discourse Context. In Gernsbacher, M. A. (org.) *Handbook of Psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, pp. 675-699.
- Garrod, S., D. Freudenthal & E. Boyle (1995) The role of different type of anaphor in the on-line resolution of sentences in discourse. *Journal of Memory and Language* 33, pp. 39-68.
- Gordon, P., B. Grosz & L. Gilliom (1993) Pronoun resolution and discourse models. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 18, 2, pp. 266-283.
- Grosz, B, A. Joshi & S. Weinstein (1995) Centering: A framework for modeling the local coherence of discourse. *Computational Linguistics*. 21 – 2, pp. 203-225.
- Grosz, B. & C. Sidner (1998) Lost intuitions and forgotten intentions. In Walker, M., A. Joshi & E. Prince (orgs.) *Centering Theory in Discourse*. NY: Oxford University Press, pp. 39-51.
- Halliday, M. & R. Hasan (1976). *Cohesion in English*. London: Longman Group Ltd.
- Hudson-D'Zmura, S. & M. Tanenhaus (1998) Assigning antecedents to ambiguous pronouns: the role of the center of attention as the default assignment. In Walker, M., A. Joshi & E. Prince (orgs.) *Centering Theory in Discourse*. NY: Oxford University Press, pp. 199-226.
- Kehler, A. (2002) *Coherence, Reference and the Theory of Grammar*. California: CSLI
- Kleiber, G. (1984) Sur la sémantique des descriptions démonstratives. *Linguisticae Investigationes*, VIII, 1, pp. 63-85.
- (1994) *Anaphores et Pronoms*. Louvain-la-Neuve: Duculot, Champs Linguistiques.
- Leonetti, M. (1996) Determinantes y contenido descriptivo. *Español Actual*, 66, pp. 5-23.
- Leonetti, M. (1999) *Los Determinantes*. Madrid: Arco Libros, Série Cuadernos de Lengua Española.
- Leonetti, M. (2000) The asymmetries between the definite article and demonstratives: a procedural account. Comunicação apresentada no 7th International Conference in Budapest, Julho de 2000.
- Lyons, J. (1977) *Semantics, II*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Maes, A. (1996) *Nominal Anaphors, Markedness and the Coherence of Discourse*. Leuven: Peeters.
- Oliveira, F. (1988) *Relações Anafóricas: Algumas Questões*. Estudo para discussão como prova complementar de doutoramento em Linguística Portuguesa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sidner, C. (1983) Focusing in the comprehension of definite anaphora. In Brady, M & R. Berwick (orgs.) *Computational Models of Discourse*. Cambridge, Mass: The MIT Press, pp. 267-330.
- Webber, B. L. (1983) So what can we talk about now?. In Brady, M. & R. Berwick (orgs.) *Computational Models of Discourse*. Cambridge, Mass: The MIT Press.